



## POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

SILVA, Erislaine M. da<sup>1</sup>

MARTINS, Joana C. de S.<sup>2</sup>

BARRETO, Narajane de J. de S.<sup>3</sup>

MATEUS, Kergilêda A. de O.<sup>4</sup>

**RESUMO:** Este estudo aborda as políticas de formação de professores e professoras da Educação de Jovens e Adultos (EJA), partindo de discussões quanto à qualificação da formação inicial e continuada de professores que atuam e/ou atuarão nesta modalidade. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, baseada em um estudo bibliográfico. Primeiro analisou-se os dispositivos legais que se refere à formação de professores de forma geral, e posteriormente a formação específica dos professores da EJA, e por fim foram analisados os desafios e possibilidades encontradas pelos professores. Os discursos presentes no texto serão analisados tendo como subsídios contribuições de Amorim (2017), Arroyo (2006), Ventura (2012), Freire (1996), entre outros. Como conclusão, aponta que é necessária uma formação cada vez mais comprometida com as classes populares para que haja a transformação da realidade historicamente excludente a educação de jovens e adultos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas de Formação. Formação docente. EJA.

### INTRODUÇÃO

O presente resumo<sup>5</sup> versa sobre as políticas de formação de professores e professoras da Educação de Jovens e Adultos (EJA) que, apesar de ter ganhado maior visibilidade no campo das práticas educativas e no campo da pesquisa científica, ainda carece de qualificação no processo de criação e fortalecimento de uma agenda de políticas efetivas de formação, tanto inicial quanto continuada, de educadores que atuam

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Públicas Educacionais em Foco (GEPED), e bolsista IC pelo Programa de Iniciação Científica PIC/UESB. E-mail: [matoslanne@gmail.com](mailto:matoslanne@gmail.com).

<sup>2</sup> Graduanda do curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), assistente de alfabetização pelo programa Mais Alfabetização – MEC e bolsista IC pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). E-mail: [joanna.karoliny@hotmail.com](mailto:joanna.karoliny@hotmail.com).

<sup>3</sup> Graduanda do curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: [nrj\\_8814narinha@hotmail.com](mailto:nrj_8814narinha@hotmail.com).

<sup>4</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), e professora assistente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: [kmatteus@hotmail.com](mailto:kmatteus@hotmail.com).

<sup>5</sup> Resumo ampliado elaborado a partir da disciplina Educação de Jovens e Adultos, do VI semestre do Curso de Pedagogia, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus Itapetinga-BA.



e/ou atuarão nesta modalidade de ensino, de forma que atendam às especificidades deste campo.

É importante salientar que, mesmo diante dos grandes desafios na formação do educador e da educadora da EJA, passos importantes foram dados, principalmente quando da promulgação da Lei que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), em 2006, o qual insere a EJA como modalidade coberta pela política de fundos para a educação.

Contudo, a história da modalidade da EJA é marcada por uma busca constante de estratégias para eliminar o analfabetismo e a baixa escolaridade da população do nosso país, diante das inúmeras desigualdades de oportunidades sociais e educativas desses sujeitos.

Os desafios à formação de professores da EJA são muitos, e é mediante a busca da compreensão dessa questão que se percebe a complexidade da mesma. Por um lado, verifica-se o aumento da oferta de EJA e as tentativas de inclusão social, com esforços para cobrir segmentos sociais, até há pouco tempo, negligenciados. Isso provoca a demanda por um maior número de professores para atender à modalidade (AMORIM, 2017, p. 229).

Nesse sentido, é sabido que a formação de professores e professoras resguardada a qualidade no processo é de fundamental importância no enfrentamento dos desafios dessa modalidade de ensino.

Em toda história da legislação nacional, pode-se observar inúmeros avanços, porém grandes retrocessos no que se refere à efetivação desses direitos. Os jovens e adultos sempre foram violados nesse direito, pois não era interesse do Estado oferecer educação de qualidade, mas sim, no máximo, capacitá-los para formação de mão-de-obra barata para suprir as necessidades do processo de industrialização tardio, ocorrido no início do século XX, mantendo-os em condição de vulnerabilidade social.

O presente estudo caracteriza-se dentro da abordagem qualitativa, pois “aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações [...]” (MINAYO, 1994, p. 22). Além disso, para a realização desse trabalho optamos pela pesquisa bibliográfica que “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p. 44).



## DESENVOLVIMENTO

### Formação de professores e professoras: questões legais

A modalidade de ensino da EJA está sustentada por alguns dispositivos legais, como no capítulo II, seção V da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, que trata especificamente desta modalidade, Art. 37º, § 1º, quando enfatiza que o oferecimento deste ensino deverá dispor de “[...] oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho [...]”. Daí a necessidade de se pensar nas heterogeneidades, condição de vida, interesse educacional dos alunos e alunas que são atendidos por essa modalidade de ensino.

Uma formação inicial de professores e professoras da EJA que possibilite maior aprofundamento analítico e crítico sobre as peculiaridades dessa modalidade, onde o processo educativo de jovens, homens e mulheres que por inúmeros fatores não tiveram a oportunidade de ingressar na escola ou não concluir seu percurso escolar, torna-se fundamental para a reconfiguração dessa modalidade de ensino. Ademais, quando se refere à qualidade da educação, a discussão sobre a formação de professores e professoras torna-se eixo imprescindível para o alcance desse objetivo. As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos, Parecer CEB/CNE 11/2000, aponta a exigência de uma formação específica para a EJA:

No caso, trata-se de uma formação em vista de uma relação pedagógica com sujeitos, trabalhadores ou não, com marcadas experiências vitais que não podem ser ignoradas. E esta adequação tem como finalidade, dado o acesso à EJA, a permanência na escola via ensino com conteúdos trabalhados de modo diferenciado com métodos e tempos intencionados ao perfil deste estudante. Também o tratamento didático dos conteúdos e das práticas não pode se ausentar nem da especificidade da EJA e nem do caráter multidisciplinar e interdisciplinar dos componentes curriculares (BRASIL, 2000, p. 58).

Ainda sobre a formação docente nos dispositivos jurídicos, a Resolução CNE/CEB nº 1, de julho de 2000, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, em seu Art. 17 aponta que a formação inicial e continuada de profissionais para a EJA deverá ser apoiada em:



II – investigação dos problemas desta modalidade de educação, buscando oferecer soluções teoricamente fundamentadas e socialmente contextualizadas; III – desenvolvimento de práticas educativas que correlacionem teoria e prática; IV – utilização de métodos e técnicas que contemplem códigos e linguagens apropriados às situações específicas de aprendizagem (BRASIL, 2000, s/n).

Observamos com as legislações estudadas referentes à EJA que o sistema educacional brasileiro aumentou em seus investimentos nesse campo, como por exemplo, na formação continuada de professores, mas ainda há um caminho longo a ser percorrido nesta modalidade de ensino.

### **A formação de professores e professoras na história: o lugar da EJA na formação docente**

É necessário pensar na importância da Educação de Jovens e Adultos para estes sujeitos que por diversos motivos tiveram que parar os seus estudos, diante de suas condições econômicas e sociais menos favorecidas, na busca da inserção na sociedade de maneira que sejam reconhecidos enquanto cidadãos de direitos e deveres, e que possam criticar e participar nas decisões da sociedade, neste sentido a educação de Jovens e Adultos deve ser pensada como prática social, reconhecendo o contexto social e a diversidade dos sujeitos atendidos pela EJA. Como podemos ver na Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores para a Educação Básica, em Cursos de Nível Superior, elaborada pelo Ministério da Educação em maio de 2000:

[...] os jovens e adultos, por estarem em outros estágios de vida, têm experiências, expectativas, condições sociais e psicológicas que os distanciam do mundo infantil e adolescente, o que faz com que os professores que se dedicam a esse trabalho devam ser capazes de fazer adaptações e ressignificações dos currículos e das práticas de ensino (Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores para a Educação Básica, 2000, p. 32).

Observamos que na Educação de Jovens e Adultos, uma das maiores dificuldades encontradas pelos docentes que atuam nesse campo é a diversidade



geracional do seu público, pois pesquisas têm apresentado o aumento de jovens que tem procurado o atendimento na EJA. Daí a necessidade de ressignificações nas práticas docente, nos currículos, nas metodologias de ensino e em todo o contexto de escolarização considerando a realidade dos sujeitos atendidos por essa modalidade.

[...] o professor, muitas vezes, atua na EJA do mesmo modo que atua no ensino regular e não busca metodologias adequadas aos educandos da EJA. Destarte, os desafios da EJA estão intimamente vinculados aos do processo de formação docente (AMORIM, 2017, p. 231-232).

Portanto, a qualificação profissional inicial e continuada de professores para atuar nesta modalidade de ensino é de suma importância para que esses profissionais reflitam sobre suas práticas educativas e métodos de forma que atendam ao aprendizado dos jovens e adultos de realidades culturais diferentes, buscando perspectivas pedagógicas adequadas para mudar as práticas descontextualizadas ocorridas no sistema de ensino, oferecendo assim uma educação de qualidade.

### **A EJA e suas particularidades: desafios e possibilidades para a formação de professores e professoras**

Entendendo que a EJA tem suas especificidades enquanto modalidade de ensino e parte da Educação Básica, nos leva a uma reflexão quanto ao papel fundamental sobre a formação de professores para esse seguimento educacional.

Ao ocupar-se da formação de professores para a Educação Básica, os cursos de licenciatura precisam ter um olhar e considerar as especialidades relativas à formação do educador da EJA, como também dos estudantes que buscam essa modalidade de ensino, suas vivências, seu contexto e particularidades da fase jovem e adulta. Pois, os jovens e adultos que dela fazem parte são em sua maioria pessoas trabalhadoras os quais vêm das camadas populares, excluídos do sistema educacional e oprimidos de diferentes formas.

Assim, ao retornarem para a escola demandam educadores, currículos e práticas pedagógicas que considerem e atendam suas histórias de vida, gerando neles o desejo em uma participação efetiva nesse processo de conhecimento com muita coisa vivida no seu próprio cotidiano.



Tais aspectos evidenciam uma preparação específica que precisa estar presente na formação inicial e continuada do professor da EJA (ARROYO, 2006). Isto não significa atribuir a esta formação e atuação uma função meramente utilitarista, conforme argumenta Ventura (2012), mas sim, relevância e significado à educação da classe trabalhadora, possibilitando aos educadores desta modalidade, leituras e reflexões prévias “[...] sobre a construção de propostas curriculares diferenciadas, condizentes às necessidades dos jovens, adultos e idosos da classe trabalhadora no seu processo de escolarização” (p. 72).

Outra questão é que a prática dos educadores em especial da EJA, precisa ser assistida por uma visão crítica, fazer da sua própria prática um objeto de análise, estar em busca de melhorias com um olhar para identificar pontos a serem melhorados, acreditamos que esse é um bom começo para constituir-se como profissional da educação. Nessa direção, Freire (1996) considera que:

[...] na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática. O seu “distanciamento” epistemológico da prática enquanto objeto de sua análise, deve dela “aproximá-lo” ao máximo. Quanto melhor faça esta operação tanto mais inteligência ganha da prática em análise e maior comunicabilidade exerce entorno da superação da ingenuidade pela rigorosidade (p. 39).

Diante disso, a formação do educador da EJA precisa estar em constante sintonia com o cotidiano e com as práticas que são desenvolvidas nessa modalidade, as quais são amadurecidas mediante a reflexão crítica, uma formação que valoriza e visibiliza os sujeitos com seus saberes e vivências no seu próprio cotidiano de vida.

## **CONCLUSÕES**

Nesse sentido, é urgente a necessidade de se instituir políticas públicas educacionais focalizadas para a formação de professores dessa modalidade, pois sabemos das grandes dificuldades que os educadores encontram ao inserir-se nesse contexto cheio de especificidades dos sujeitos que são atendidos. Portanto, é necessário



um processo formativo de professores que atuam ou/e atuarão na modalidade de educação de jovens e adultos que dê garantia de um desenvolvimento qualificado em suas práticas pedagógicas, valorizando assim o processo profissionalizante desses educadores.

Outro ponto refere-se às questões de compromisso ético, estético e político daqueles que participarão efetivamente do processo formativo escolar de jovens, homens e mulheres que acreditam nas instituições de ensino e buscam a escola na busca de objetivos diversos. Conhecer esses sujeitos, dialogar com eles e compreender o porquê estão na escola é de fundamental importância na prática docente. Só por meio de uma formação cada vez mais comprometida com as classes populares é possível a transformação da realidade excludente que historicamente tem caracterizado a educação de pessoas jovens e adultas.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, A.; DUQUES, M. L. F. **Formação de educadores de EJA:** caminhos inovadores da prática docente. Educação revista quadrimestral, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 228-239, maio-ago. 2017.

ARROYO, M. G. **Formar educadores e educadoras de jovens e adultos.** In: SOARES, Leôncio et al. Formação de educadores de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 296p. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001493/149314porb.pdf>. Acesso em: 28 de setembro de 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

———. **Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.** Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei no 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 jun. 2007.



———. **Parecer CEB/CNE 11/2000, aprovado em 10 de maio de 2000.** Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05 jul. 2000.

———. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000.** Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 jul. 2000.

———. **Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 abr. 2002.

DESLANDES, S. F.; OTAVIO, C. N.; ROMEU, G.; MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo :Atlas, 2002.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

FREIRE, P. R. N. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** 8ª ed. São Paulo: Paz e terra. 1996.

VARGAS, S. M. de; FANTINATO, M. C. de C. B. **Formação de professores da educação de jovens e adultos: diversidade, diálogo, autonomia.** Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 11, n. 34, p. 915-931, set./dez. 2011.